

Objeto: Concurso Público

Relator: Auditor Oscar Mamede Santiago Melo Entidade: Prefeitura Municipal de Cacimbas

Responsável: Nilton de Almeida

EMENTA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ATOS DE GESTÃO DE PESSOAL – ADMISSÃO DE SERVIDORES – CONCURSO PÚBLICO – EXAME DA LEGALIDADE – APRECIAÇÃO DO FEITO PARA FINS DE REGISTRO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1°, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/93 – Concessão de registro.

ACÓRDÃO AC2 - TC - 00278/11

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo TC nº 11400/09, relativos ao exame da legalidade dos atos de admissão de pessoal provenientes de Concurso Público realizado pelo Município de Cacimbas/PB no exercício de 2009, acordam os Conselheiros integrantes da 2ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade da proposta de decisão do relator, em:

1) *CONCEDER* o competente registro aos atos de nomeações dos servidores relacionados a seguir:

Cargo: Enfermeiro – PSF

Item	Nome	Classificação	Portaria	Fls.
01	Patrícia Freires de Almeida	30	009/2010	886

Cargo: Auxiliar de Consultório Dentário - PSF

Item	Nome	Classificação	Portaria	Fls.
01	Danusia Costa de Souza	30	008/2010	888

Cargo: Gari

Item	Nome	Classificação	Portaria	Fls.
01	Juliana Teodosio dos Santos Xavier	90	026/2010	890
02	Luiza Sales de Assis	10°	007/2010	891
03	Antônio Júnior Alves de Araújo	12º	054/2010	926

⁽¹⁾ A candidata **Ivanilda da Silva Mendonça Farias,** classificada em **8º lugar** (fls.857), foi devidamente **convocada**, conforme o **edital** às fls.883.

Obs: A portaria de nomeação da candidata Maria das Dores da Conceição, classificada em 13º lugar (fls.931), foi tornada sem efeito, por não atender à convocação, conforme a portaria às fls.935.

⁽²⁾ A **portaria** de **nomeação** da candidata **Kaliane Eduardo Mendonça**, classificada em **11º lugar** (fls.920), foi tornada **sem efeito**, por **não** atender à **convocação**, conforme a **portaria** às fls.925.

Cargo: Orientador Educacional

Item	Nome	Classificação	Portaria	Fls.
01	Sonia Maria Barbosa	10	027/2010	895
02	Antônio Marcos Oliveira da Silva	20	036/2010	897
03	Maria Neuma Leite	30	037/2010	898
04	Eliziana Arruda Cruz	40	038/2010	899

Cargo: Supervisor Escolar

Item	Nome	Classificação	Portaria	Fls.
01	Varderlucia Rosa de Lima	30	028/2010	901
02	Nadja de Almeida Sousa	40	029/2010	903
03	Rivoneide de Souza Gonçalo	50	030/2010	905
04	Edivania Alexandre de Mendonça	6º	031/2010	906

(01) A candidata **Aline Araújo da Silva,** classificada em **2º lugar** (fls.839), foi devidamente **convocada**, conforme o **edital** às fls.893.

Cargo: Motorista

Item	Nome	Classificação	Portaria	Fls.
01	João Batista Martins	80	042/2010	909
02	Josivan Bezerra da Silva	90	043/2010	911

Cargo: Fonoaudiólogo

Item	Nome	Classificação	Portaria	Fls.
01	Maria Havla de Moura Marcelino	10	050/2010	919

Cargo: Artífice – Pedreiro

Iten	Nome	Classificação	Portaria	Fls.
01	José Ailton Oliveira da Silva	10	051/2010	922

Cargo: Coveiro

Item	Nome	Classificação	Portaria	Fls.
01	José Ivanildo Bento	10	052/2010	923

Cargo: Professor B – Geografia

Item	Nome	Classificação	Portaria	Fls.
01	Ana Maria Pereira Leite	40	055/2010	930



2) DETERMINAR o arquivamento dos autos.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas Publique-se, registre-se e intime-se. TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara, Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa

João Pessoa, 22 de fevereiro de 2011

Conselheiro Arnóbio Alves Viana PRESIDENTE Auditor Oscar Mamede Santiago Melo RELATOR

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO



RELATÓRIO

AUDITOR OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): O Processo TC nº 11400/09 trata do exame da legalidade dos atos de admissão de pessoal provenientes de Concurso Público realizado pelo Município de Cacimbas/PB, no exercício de 2009, no qual foram considerados legais e concedidos os competentes registros a alguns atos de nomeações, através da decisão consubstanciada no Acórdão AC2-TC 866/2010, fls. 871/879.

Nesta ocasião se analisa novas nomeações, cujos atos foram anexados aos autos.

A Auditoria emitiu relatório, às fls. 938/939, onde concluiu pela concessão de registro aos aprovados dentro das vagas previstas no Edital do referido Concurso.

É o relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO

AUDITOR OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): a referida análise tem como fundamento o disciplinado no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado da Paraíba, e o estabelecido no art. 1º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n.º 18/93, que atribuíram ao Tribunal de Contas a responsabilidade pela apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta.

Da análise efetuada pela Auditoria deste Tribunal, constatou-se que as nomeações foram realizadas dentro da normalidade, motivo pelo qual, proponho que a 2ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, CONCEDA o competente registro aos atos de nomeações dos servidores relacionados no relatório da Auditoria as fls. 938/939 e determinar o arquivamento dos autos.

É a proposta.

João Pessoa, 22 de fevereiro de 2011.

Auditor Oscar Mamede Santiago Melo RELATOR